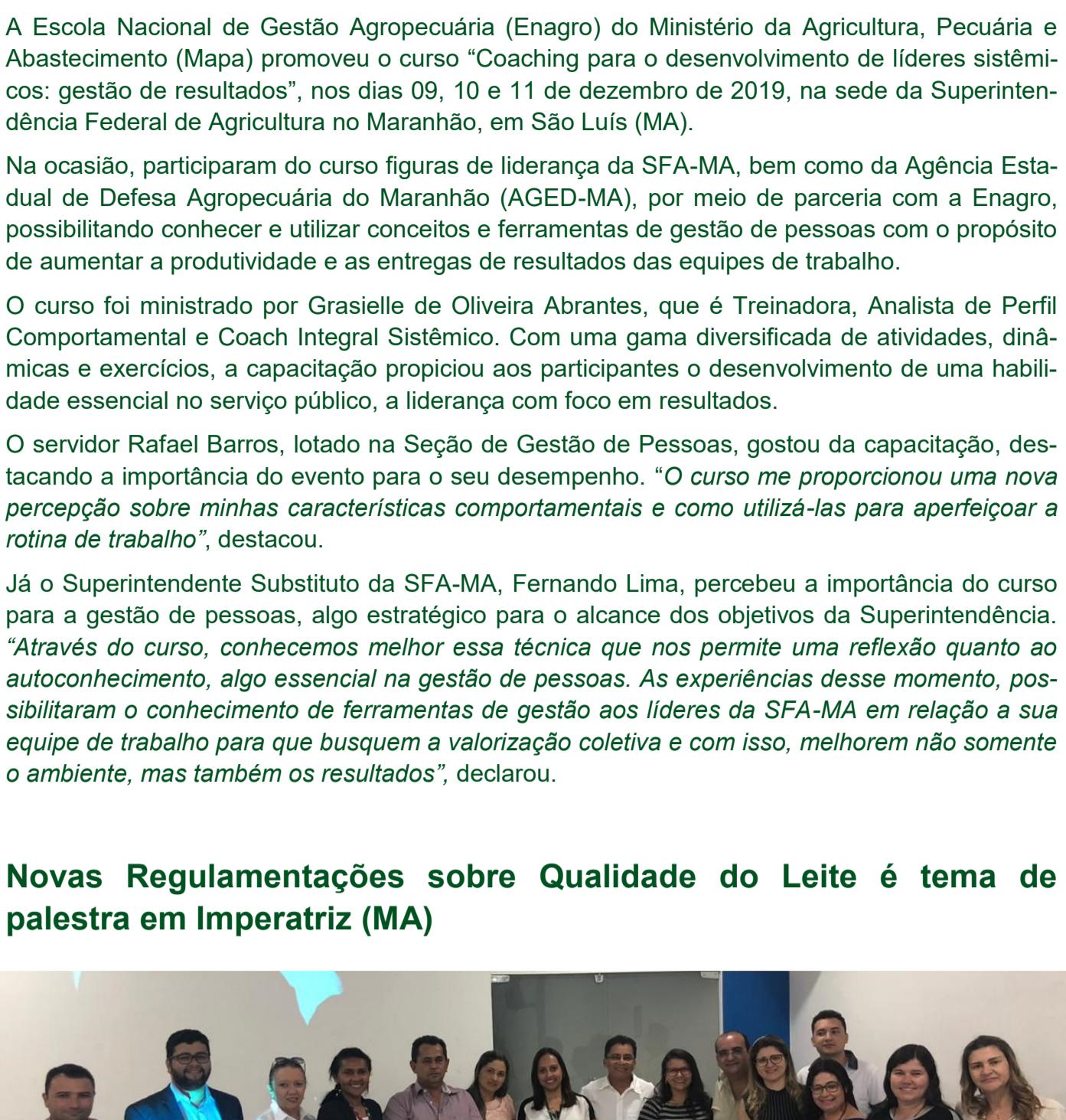


Lideranças da SFA-MA e AGED-MA são capacitadas em Coaching



A Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promoveu o curso "Coaching para o desenvolvimento de líderes sistêmicos: gestão de resultados", nos dias 09, 10 e 11 de dezembro de 2019, na sede da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão, em São Luís (MA).

Na ocasião, participaram do curso figuras de liderança da SFA-MA, bem como da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), por meio de parceria com a Enagro, possibilitando conhecer e utilizar conceitos e ferramentas de gestão de pessoas com o propósito de aumentar a produtividade e as entregas de resultados das equipes de trabalho.

O curso foi ministrado por Grasielle de Oliveira Abrantes, que é Treinadora, Analista de Perfil Comportamental e Coach Integral Sistêmico. Com uma gama diversificada de atividades, dinâmicas e exercícios, a capacitação propiciou aos participantes o desenvolvimento de uma habilidade essencial no serviço público, a liderança com foco em resultados.

O servidor Rafael Barros, lotado na Seção de Gestão de Pessoas, gostou da capacitação, destacando a importância do evento para o seu desempenho. "O curso me proporcionou uma nova percepção sobre minhas características comportamentais e como utilizá-las para aperfeiçoar a rotina de trabalho", destacou.

Já o Superintendente Substituto da SFA-MA, Fernando Lima, percebeu a importância do curso para a gestão de pessoas, algo estratégico para o alcance dos objetivos da Superintendência. "Através do curso, conhecemos melhor essa técnica que nos permite uma reflexão quanto ao autoconhecimento, algo essencial na gestão de pessoas. As experiências desse momento, possibilitaram o conhecimento de ferramentas de gestão aos líderes da SFA-MA em relação a sua equipe de trabalho para que busquem a valorização coletiva e com isso, melhorem não somente o ambiente, mas também os resultados", declarou.

Novas Regulamentações sobre Qualidade do Leite é tema de palestra em Imperatriz (MA)



Aconteceu em Imperatriz (MA), em 03 de dezembro de 2019, palestra sobre Novas Regulamentações sobre Qualidade do Leite, ministrada pela Auditora Fiscal Federal Agropecuária do Mapa, Elisangela Luiza de Souza Marques.

O evento foi promovido pelo Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Estado do Maranhão (SINDILEITE), em parceria com SEBRAE e apoio do 2º SIPOA e SFA-MA, objetivando esclarecer aos seus associados das indústrias de leite e derivados sob Inspeção Oficial da região tocantina sobre os desafios da implementação das Instruções Normativas nº 76/2018 e 77/2018 e suas alterações.

Na oportunidade, foram elucidados os critérios e procedimentos normativos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru, com esclarecimento de dúvidas, contando com a presença de Médicos Veterinários que atuam na Gerência de Qualidade, Responsáveis Técnicos e empresários das indústrias de laticínios de várias cidades, assim como servidores dos órgãos de inspeção estadual (SIE – AGED/MA) e federal (SIF/Mapa).

Célia Maria Barros Pereira, sócia proprietária de uma empresa do segmento na região, gostou da iniciativa, considerando aspectos singulares da cadeia produtiva do leite. "Foi esclarecedor e muito proveitoso participar dessa palestra onde ouvimos a Dra. Elisangela Marques (Mapa) expondo com muita transparência e didática itens das Normativas IN 76 e IN 77. Sabemos que os desafios da cadeia do leite são enormes e esse setor, primário, necessita de apoio e incentivo, mas o que fica é a vontade de trabalhar ainda mais para o desenvolvimento e fortalecimento dessa cadeia no estado do Maranhão", assim enfatizou.

Maria do Socorro Tenório Rolim, Médica Veterinária e Responsável Técnica (RT) de fábricas de laticínios da região tocantina, destacou quanto a possibilidade de sanar dúvidas que surgem no seu trabalho. "Na função de Responsável Técnica, posso afirmar que foi esclarecedor a apresentação da Auditora Fiscal, Drª. Elisangela Marques (Mapa), sobre as Instruções Normativas Nº 76 e 77 e suas alterações. Minha maior dúvida, era com relação à interpretação da coleta de leite, em relação a não conformidade para CPP (Contagem Padrão em Placas). E a mesma foi sanada de forma clara durante a palestra. Nesse caso, o laticínio tem como acompanhar o produtor no sentido de melhorias e tomar medidas corretivas, conforme estabelecido no Programa de Autocontrole (PAC)", declarou a RT.

Chefe da DPDAG participa de Reunião Nacional do DCAP



No período de 02 a 06 de dezembro de 2019, em Brasília (DF), o Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), Genilson Santana, participou de Reunião Nacional Técnica do Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas (DCAP).

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Para finalizar a reunião, foram apresentados dados e resultados do Programa Mais Leite Sustentável, que tem como objetivo implementar boas práticas agropecuárias, melhorar a competitividade e rentabilidade dos produtores e incentivar a certificação de propriedades como livres de tuberculose e brucelose. Também foram explanadas informações sobre o Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite (PQFL), instituído pela Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018, que é uma ferramenta de controle elaborada pela empresa ou cooperativa, na qual é definida a política do laticínio em relação aos seus fornecedores de leite, devendo-se contemplar a assistência técnica e gerencial, bem como a capacitação de todos os produtores, com foco em gestão da propriedade e implementação das boas práticas agropecuárias.

Chefe do SISA realiza fiscalização em áreas rurais com animais silvestres

Nas cidades de Itapecuru Mirim e Santa Inês (MA), o Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Serviços Pecuários e Saúde Animal (SISA), Roberto Carlos Negreiros (foto), fiscalizou suspeitados rurais, onde se encontram animais domésticos suscetíveis a febre aftosa, no período de 03 a 05 de dezembro de 2019.

Em conjunto com servidores da AGED-MA, foram fiscalizadas duas propriedades, nas quais há presença de bovinos domésticos, ruminantes selvagens (gnus e gazelas), rebanhos nacionais (ovinos e cervídeos) e capivaras.

Nesse contexto, é necessária a observação e controle rotineiro por parte dos serviços veterinários oficiais nessas áreas combatendo enfermidades como a Febre Aftosa. Tal ação objetiva maior credibilidade e garantias na ampliação de zonas livres das mercados internacionais para a pecuária brasileira.

Confraternização de Fim de Ano da SFA-MA

Com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a AGED-MA participou do curso de Autocontrole em Indústrias de Alimentos, ocorrido de 16 a 19 de dezembro de 2019, no auditório da SFA-MA, em São Luís (MA).

O curso foi ministrado pelo Fiscalizaçāo Fernando Fagundes/Mapa, atendeu a demanda da AGED-MA no treinamento de seus servidores no Programa de Autocontrole nas Indústrias de Produtos de Origem Animal portadores de SIE (Sistema de Inspeção Estadual), com vista à sua adesão ao SISBI-POA, que aconteceu no final de 2019.

O SISBI-POA, que faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUSA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção da produção de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar. Então, os estados, o Distrito Federal e os munícipios daquele Sistema. Para obtê-la, é necessário comprovar que têm condições de avaliar a qualidade e a inocuidade dos produtos de origem animal com a mesma eficiência do Ministério da Agricultura, podendo assim comercializar seus produtos em todo o território nacional, nos mesmos parâmetros que estabelecidos no SIE – AGED/MA, que é a adesão ao SISBI-POA.

Para finalizar a reunião, foram apresentados dados e resultados do Programa Mais Leite Sustentável, que tem como objetivo implementar boas práticas agropecuárias, melhorar a competitividade e rentabilidade dos produtores e incentivar a certificação de propriedades como livres de tuberculose e brucelose. Também foram explanadas informações sobre o Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite (PQFL), instituído pela Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018, que é uma ferramenta de controle elaborada pela empresa ou cooperativa, na qual é definida a política do laticínio em relação aos seus fornecedores de leite, devendo-se contemplar a assistência técnica e gerencial, bem como a capacitação de todos os produtores, com foco em gestão da propriedade e implementação das boas práticas agropecuárias.

Chefe do SISA realiza fiscalização em áreas rurais com animais silvestres

Nas cidades de Itapecuru Mirim e Santa Inês (MA), o Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Serviços Pecuários e Saúde Animal (SISA), Roberto Carlos Negreiros (foto), fiscalizou suspeitados rurais, onde se encontram animais domésticos suscetíveis a febre aftosa, no período de 03 a 05 de dezembro de 2019.

Em conjunto com servidores da AGED-MA, foram fiscalizadas duas propriedades, nas quais há presença de bovinos domésticos, ruminantes selvagens (gnus e gazelas), rebanhos nacionais (ovinos e cervídeos) e capivaras.

Nesse contexto, é necessária a observação e controle rotineiro por parte dos serviços veterinários oficiais nessas áreas combatendo enfermidades como a Febre Aftosa. Tal ação objetiva maior credibilidade e garantias na ampliação de zonas livres das mercados internacionais para a pecuária brasileira.

Chefe da DPDAG participa de Reunião Nacional do DCAP

No período de 02 a 06 de dezembro de 2019, em Brasília (DF), o Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), Genilson Santana, participou de Reunião Nacional Técnica do Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas (DCAP).

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle e fomento da Política de Produção Artesanal.

Na oportunidade, na qual houve a presença de representantes dos DPDAGs de vários estados, ocorreu a apresentação das principais atividades desenvolvidas, sendo elencados os potenciais produtos passíveis de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) por unidade da federação, também sendo discutido o papel do Mapa nesse processo. Como parte da programação, ainda foi realizada oficina com grupos de trabalho na construção de projetos para IG e MC.

Em outro momento do encontro, foram discutidos aspectos relacionados a Lei nº 13.680/2018 e Decreto nº 9.918/2019, que dispõem sobre o Selo Arte, que permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como queijos, mel e embutidos, dentre outros. Nessa seção, foram apresentadas as Instruções Normativas, que tratam da aplicabilidade daquele Decreto, assim como o papel das Superintendências Federais de Agricultura e seus Auditores Fiscais Federais Agropecuários no controle